

# Formas de Acesso à Justiça

Judicialização ou meios consensuais de resolução de conflitos



Adyb Elias Waquim  
Alexandre Pinho de Moura  
Aline Santana de Lima  
Eva Rodrigues dos Santos  
Gabriel Harisson Dias da Rocha  
Glênia Gleica Fernandes  
Jéssica Ingrid de Souza Amaral  
Kathleen Monteiro de Almeida  
Othon de Souza Silva  
Pedro Henrique Valadares Vilaça

# O Acesso à Justiça no Brasil

- O acesso à Justiça é um princípio fundamental de qualquer sociedade democrática e deve ser assegurado a todos os cidadãos de maneira igualitária. No contexto brasileiro, garantir o acesso à justiça tem sido um desafio constante, dada a complexidade do sistema judiciário, a desigualdade socioeconômica e as barreiras geográficas que muitas vezes dificultam o alcance dos serviços judiciais.
- Neste contexto, é fundamental explorar as diferentes formas de acesso à justiça, incluindo a judicialização, mas também os meios consensuais de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação. A busca por um equilíbrio entre essas abordagens é essencial para garantir a eficácia do sistema e promover uma justiça verdadeiramente inclusiva.



# Juizados Especiais Cíveis

- Criados acesso à Justiça mais rápido, simples e eficiente;
- Menor complexidade e valor financeiro;
- Até 40 salários mínimos: cobrança de dívidas, danos materiais de pequeno valor, questões de vizinhança, entre outros;
- Até 20 salários mínimos → sem advogado;
- Procedimento mais simples, informal e rápido → comparação aos tribunais comuns;
- Audiências de conciliação → principal destaque, visando resolver o conflito por meio de acordo.



# Conciliação e Mediação

- O objetivo é resolver o conflito de maneira amigável, humanizado, evitando o litígio prolongado, onde as partes envolvidas buscam chegar a um acordo benéfico para ambos, com o auxílio de uma terceira pessoa denominada conciliador, terceiro de boa-fé, imparcial e neutro com relação ao conflito, competindo a ele o papel de instruir e conduzir as partes com o seu conhecimento. Criando, assim, um ambiente confortável para as partes entrarem em um diálogo e procurarem estabelecer uma negociação e um acordo.



# Arbitragem

- A Arbitragem é um método de resolução de disputas em que as partes concordam em aceitar a decisão de um terceiro imparcial, evitando a morosidade do sistema judicial. Na arbitragem, as decisões têm a mesma validade que as judiciais, porém o processo é conhecido por sua eficiência e adaptação a situações específicas. A arbitragem oferece benefícios como a rápida resolução de conflitos, procedimentos menos formais e preservação da privacidade das partes envolvidas. O processo de arbitragem segue o princípio do contraditório, garantindo que todas as partes sejam ouvidas de forma justa, sob a supervisão imparcial do julgador. A arbitragem não se aplica a todas as questões legais, como questões familiares ou penais, que devem ser tratadas pelo sistema judicial.



# Justiça Comum

- A Justiça Comum é composta pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual.
- A Justiça Federal julga casos que envolvam instituições federais (União, Autarquia, Fundações e Empresas Públicas Federais) e que sejam de interesse da União ou nas quais esteja envolvida.
- A Justiça Estadual trata de todos os conflitos ou processos que não sejam de atribuições da Justiça Especializada ou da Justiça Federal, como: áreas cível, criminal, de família, do consumidor, de sucessões, entre outras.



# Justiça Trabalhista

- Possui o papel de conciliar e julgar disputas entre colaboradores e empregadores. Qualquer parte da relação de trabalho, seja empregador ou empregado, pode buscar a Justiça do Trabalho para reparação.
- É composta pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).
- Podemos iniciar processos trabalhistas de diversas formas, como a Defensoria Pública, contratando um Advogado ou até mesmo de forma autônoma sem a necessidade de um Advogado.



# Local de Atuação

- Estações do Metrô de Águas Claras – DF
- Rodoviária do Plano Piloto





# Cartilha & Folder

- Usaremos nossa Cartilha e Folder para nossa prática.

Conciliação	Justiça Comum	Justiça Trabalhista
<p>➤ O "acesso à Justiça" é fundamental para que as pessoas possam reivindicar direitos e resolver conflitos. A conciliação é um método alternativo eficaz para resolver disputas de forma rápida e econômica, promovendo harmonização entre as partes. O conciliador, imparcial e neutro, desempenha um papel crucial ao instruir e orientar as partes rumo a um acordo. Atualmente, a conciliação busca não apenas um acordo, mas também a restauração das relações sociais e a humanização do processo, preservando a intimidade das partes sempre que possível. A Lei nº 13.105 reconhece à figura do conciliador como auxiliar da Justiça, tornando-o uma parte essencial do sistema.</p>	<p>➤ A Justiça Comum no Brasil compreende a Justiça Federal e a Justiça Estadual. A Justiça Federal lida com casos envolvendo instituições federais e interesses da União, enquanto os Tribunais Regionais Federais (TRFs) tratam dos recursos e ações originárias. A Justiça Estadual abrange uma ampla gama de casos, excluindo aqueles das Justicças Especializadas e Federais. Os cidadãos têm acesso gratuito à Justiça por meio da Justiça Gratuita, que dispensa taxas processuais comprovando dificuldades financeiras, e da Assistência Jurídica, Gratuita, prestada por defensores públicos ou advogados.</p> <p>Lorem ipsum</p>	<p>➤ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada em 1965, unificando as leis trabalhistas no Brasil. A necessidade de sua criação surgiu após a Revolução Industrial e a abolição da escravidão, movendo movimentos pelos direitos dos trabalhadores. A CLT estabelece diversos direitos, como jornada de trabalho, proteção contra demissão injustificada e benefícios como seguro-desemprego e férias remuneradas. A Justiça Laboral, composta por Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho, resolve disputas entre empregadores e empregados, as ações trabalhistas podem ser apresentadas com assistência jurídica, advogados particulares, meios de prática jurídica ou autossustentamento. O acesso à Justiça é um direito universal, permitindo que qualquer trabalhador prejudicado busque reparação judicial, mas a falta de conhecimento pode prejudicar quem busca representá-la.</p>
Arbitragem	Mediação	Mais informações
<p>Arbitragem é um método de resolução de disputas em que as partes concordam em aceitar a decisão de um terceiro imparcial, evitando a morosidade do sistema judicial. Na arbitragem, as decisões têm a mesma validade que as judiciais, porém o processo é conduzido por sua eficiência e adaptação a situações específicas.</p> <p>A Arbitragem oferece benefícios como a rápida resolução de conflitos, procedimentos menos formais e preservação da privacidade das partes envolvidas.</p>	<p>A Mediação oferece uma oportunidade voluntária para resolver conflitos, com profissionais capacitados para auxiliar na busca de acordos justos e colaborativos, levando em contato os interesses e objetivos das partes envolvidas. A Mediação Judicial ocorre no Primeiro e Segundo Graus, com prazos definidos e prerrogativas pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos.</p> <p>O mediador atua com imparcialidade, orientando as partes no processo de busca por acordos.</p>	 <p>Basta abrir a câmera do seu celular e ler o QR CODE acima para mais informações sobre o assunto.</p>

Cartilha  
sobre  
Acesso a Justiça





UNI  
PROCESSUS  
centro universitário

Campanha de disciplina extensionista: TGD  
3 semestre - Noturno Aguardo Clares



# Considerações Finais

- Proporcionar uma didática acessível capaz de aproximar o cidadão aos serviços jurídicos, aplicando em sua realidade cotidiana.
- Garantia de Direitos básicos e assegurados constitucionalmente, tais como o acesso a saúde, dignidade no trabalho, moradia e educação.
- Provocação do Judiciário.



# Saiba Mais sobre o Assunto

- Leia o QR-Code para mais informações sobre o assunto.
- Basta abrir a Camera do seu Celular e ler o QR-CODE ao lado.

